

# Em nome da agricultura familiar: considerações acerca da modernização do campesinato

## In behalf of family farming: considerations about peasantry modernization

## En nombre de la agricultura familiar: consideraciones sobre la modernización del campesinado

Pedro Argolo Caldas Sampaio - [pedroargolocaldas@gmail.com](mailto:pedroargolocaldas@gmail.com)  
Mestrando em Desenvolvimento, Planejamento e Território - UFSJ  
<https://orcid.org/0009-0002-0671-2896>

João Francisco de Oliveira Neto - [chicocontat@gmail.com](mailto:chicocontat@gmail.com)  
Mestrando em Geografia - UFSJ  
<https://orcid.org/0000-0003-4176-9142>

### Resumo

Embora a definição de “agricultor familiar” se encontre estabelecida em termos normativos, no âmbito acadêmico, o termo ainda é amplamente debatido, sobretudo, no que diz respeito às divergências entre as categorias “campesinato” e “agricultura familiar”. Este artigo explora como diferentes representações dos termos supracitados se inserem no debate mais amplo sobre desenvolvimento territorial. A análise revela dois paradigmas distintos e suas respectivas referências teóricas para a proposição de modelos de desenvolvimento territorial. Concluímos que, apesar de seu caráter revolucionário, o uso do termo “agricultura familiar” evoca teorias que conferem destaque a uma dimensão estritamente econômica dos territórios, desconsiderando seu caráter multidimensional, multiescalar e, sobretudo, suas conflitualidades.

**Palavras-chave:** Agricultura familiar, Campesinato, Geografia Agrária, Debate Paradigmático

### Abstract

While the normative definition of "family farmer" is clear, there is ongoing academic debate regarding the distinctions between "peasantry" and "family farming". This article employs the dialectical method to explore how these terms fit into the broader discussion of territorial development. The analysis reveals two distinct paradigms and their associated theoretical frameworks for proposing territorial development models. It concludes that the term "family farming," despite its revolutionary potential, tends to focus

primarily on the economic aspects of territories, overlooking their multidimensional and multiscale nature, as well as their inherent conflicts.

**Key words:** Family Farming, Peasantry, Agricultural Geography, Paradigmatic Debate

### Résumé

Aunque la definición de "agricultor familiar" está establecida en términos normativos, en el ámbito académico, el término sigue siendo ampliamente debatido, especialmente en lo que respecta a las diferencias entre las categorías de "campesinado" y "agricultura familiar". Este artículo utiliza el método dialéctico para explorar cómo diferentes representaciones de los términos mencionados se insertan en el debate más amplio sobre el desarrollo territorial. El análisis revela dos paradigmas distintos y sus respectivas referencias teóricas para proponer modelos de desarrollo territorial. Concluimos que, a pesar de su carácter revolucionario, el uso del término "agricultura familiar" tiende a enfocarse principalmente en los aspectos económicos de los territorios, pasando por alto su naturaleza multidimensional y multiescalar, y, sobre todo, sus conflictos.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar, Campesinato, Geografia Agrícola, Debate Paradigmático

Recebido em: 29/10/2023

Aceito: 16/11/2023

Publicado: 22/11/2023

## Introdução

Os dados do Censo Agropecuário de 2017 confirmam que, no meio rural brasileiro, a presença de unidades de produção agropecuária operando sob a lógica da divisão familiar do trabalho é majoritária, se comparada às empresas patronais/capitalistas. Os produtores tipificados sob a alcunha de “agricultores familiares” representam 76,82 % do total de estabelecimentos agropecuários no país. Dentre esse grupo, 77,23 % dos estabelecimentos são, ao mesmo tempo, local de moradia e unidade produtiva; 80,99% dos agricultores são proprietários dos meios de produção (da terra, sobretudo); e 76,63% obtiveram algum tipo de financiamento via concessão de crédito. Dentre os que obtiveram financiamento, a grande maioria (73,56%) o fez mediante contato com instituições oficiais de crédito, como bancos e cooperativas. Dentre aqueles que cultivavam lavouras temporárias (soja, milho, trigo, feijão, mandioca, girassol, batata, alho etc.) 76,91% dos estabelecimentos produzem e armazenam, em alguma medida, as próprias sementes (IBGE, 2017).

Trata-se de um cenário que permite algumas suposições acerca da dinâmica da produção agropecuária brasileira. Em primeiro lugar, as unidades produtivas não capitalistas são maioria no campo, onde o trabalho assalariado, embora existente em certa medida, não pode ser considerado como condição primeira definidora das relações sociais de produção. Segundo, esses agricultores familiares se relacionam com instituições oficiais (bancos, cooperativas de crédito, agências de extensão rural etc.), o que os coloca, em grande parte, integrados à rede global de trocas mercantis e ao capitalismo financeiro.

Diante disso, a questão que se coloca é: Quais são as mudanças experimentadas pelo campesinato diante do avanço do capitalismo neoliberal e seus efeitos contraditórios para o meio rural brasileiro? Essa pergunta se faz ainda mais relevante, quando a pessoalidade das relações mercantis campesinas dá lugar à impessoalidade dos mercados capitalistas, e o espaço se configura, cada vez mais, como um sistema de objetos e ações artificiais, e “cada vez mais tendentes a fins estranhos ao lugar e a seus habitantes (SANTOS, 1992, p.52).

Neste sentido, o presente texto propõe, a partir de revisão bibliográfica e aplicação do método dialético, analisar correntes do pensamento social que, no encaixe de interpretar as questões mencionadas anteriormente, constroem suas

próprias representações simbólicas e modelos interpretativos. Buscamos analisar, sobretudo, produções acadêmicas (artigos, teses, livros) nacionais, publicados a partir dos anos 1990, período em que ganham destaque os termos “agricultura familiar” e “desenvolvimento territorial” no Brasil.

Entende-se que diferentes representações da realidade, carregadas de uma intencionalidade, materializam-se no território na forma da ação prática e da formulação de políticas públicas (FERNANDES, 2015). Essas intencionalidades se concretizam na escolha de paradigmas científicos, que constituem, em si, territórios imateriais que expressam relações de poder e disputas ideológicas. Territórios materiais e imateriais são indissociáveis; um está contido e se realiza mediante a compreensão do outro, uma vez que a “produção do território é a produção dos sujeitos, de suas ideias e objetos, desde uma perspectiva da indissociabilidade dos sistemas de ação e objetos” (FERNANDES, 2015,p.20).

Portanto, consideramos que paradigmas científicos são referências teóricas e modelos interpretativos aos quais recorrem pesquisadores, formuladores de políticas públicas e demais atores políticos com vista a conferir significado a conceitos e interpretações de fenômenos sociais, “evidenciando aspectos de acordo com interesses, definindo seus espaços e seus territórios, concretos e abstratos, materiais e imateriais” (FERNANDES, 2013, p.195). Nesse sentido, cientes da simplificação que isso acarreta, buscamos, aqui, analisar a disputa entre modelos conceituais e representações dos termos “campe sinato” e “agricultura familiar”, sob a luz do conceito de paradigmas científicos (KUHN, 1978). O Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA), o Paradigma da Questão Agrária (PQA) e os desdobramentos dessa disputa paradigmática para a construção de políticas de desenvolvimento territorial constituem o foco da presente reflexão. No limite, essa disputa reproduz o dilema entre a conservação da ordem vigente ou sua transformação (REIS, 2014).

O principal critério de demarcação entre os dois paradigmas supracitados é sua posição com relação à questão agrária brasileira. O PCA é um modelo interpretativo que compreende os problemas decorrentes da questão agrária como fenômenos conjunturais, isto é, passíveis de serem resolvidos com soluções internas ao próprio sistema capitalista (FELÍCIO, 2011). O desenvolvimento territorial,

segundo essa perspectiva, perpassa pela valorização de atributos e especificidades locais, com vista a promover grupos sociais que organizam seus territórios, sobretudo, em função da produção de mercadorias. Tem-se, portanto, uma compreensão do território como fim, como resultado final do processo de integração das unidades familiares de produção à rede global de trocas mercantis.

O PQA, por sua vez, compreende a questão agrária como um fenômeno estrutural, decorrente de contradições inerentes ao sistema capitalista (FELÍCIO, 2011). A solução para os problemas que assolam o meio rural brasileiro estaria no fomento à práticas contra-hegemônicas, na luta camponesa por permanecer ou, quando expropriada, retornar à terra. Trata-se de olhar para os territórios que se organizam sob uma lógica de solidariedade e reciprocidade e, então, construir propostas de intervenção e políticas públicas que contemplem as diversas instâncias da vida, não somente a economia e a produção de mercadorias, mas também a educação no campo, a cultura, a espiritualidade, a biodiversidade, etc. Neste sentido, concebe-se o território, em suas múltiplas dimensões e escalas, como meio para atingir os objetivos propostos.

A hipótese que motiva esse estudo parte do pressuposto de que o modelo hegemônico da abordagem territorial de desenvolvimento rural, via mudanças institucionais, modernização e integração das unidades familiares de produção ao mercado capitalista, fundamenta-se em uma perspectiva economicista do desenvolvimento, e na construção cognitiva do “agricultor familiar” enquanto sujeito esvaziado do conteúdo histórico da luta pela terra, que caracteriza o camponato brasileiro (OLIVEIRA, 1982). Sob essa perspectiva, argumenta-se que a utilização de termos como “camponato” e “agricultura familiar” não se trata de um “capricho semântico”, mas, sim, de um dos elementos constituintes de paradigmas distintos - o que, no limite, reverbera sobre a criação de políticas públicas e proposição de modelos de desenvolvimento rural no Brasil.

O objetivo principal é estabelecer uma relação entre diferentes representações dos termos “camponato” e “agricultura familiar”, e as respectivas propostas de intervenção em nome do desenvolvimento rural, em especial, quando estas evocam o adjetivo territorial. Como objetivo específico, buscamos fazer uma reflexão sobre o lugar das unidades familiares de produção agrícola na sociedade

capitalista contemporânea, com base na síntese das ideias opostas aqui analisadas.

Para tal, o trabalho está dividido em quatro partes, além desta introdução. Na próxima seção, abordam-se aspectos teóricos a respeito do entendido por território sob a perspectiva da geografia crítica. Nas duas seções posteriores, são apresentados os paradigmas científicos e suas representações e interpretações dos termos “campeinato” “agricultura familiar”, bem como a reverberação desses modelos interpretativos em propostas de intervenção em nome do desenvolvimento territorial. A última seção traz as considerações finais e propostas para reflexão.

### **Território e suas representações**

Como categoria da prática política, e não apenas de dimensões teórico-analíticas, o sentido de Território está necessariamente vinculado aos diferentes usos e intencionalidades por trás de sua efetivação, atributo que lhe confere um grande desafio conceitual. Contudo, apesar de sua polissemia, se admite, de modo geral, que a especificidade da categoria territorial está na atenção às múltiplas relações de poder que se inscrevem e são escritas no espaço. Sua teorização esteve truncada ao longo do século XX pela demasiada atenção ao território político-normativo, que menos entusiasmado em dizer “o que é” para afirmar “o que deveria ser”, busca naturalizar as dimensões zonais do Estado-Nação como meio de legitimar sua soberania. A categoria de território sempre esteve presente nas manifestações políticas em múltiplas escalas e dimensões da realidade social (HAESBAERT, 2021).

Entretanto, seja pela fluidez com que a globalização neoliberal reorganizou reticularmente as relações de produção capitalista - fenômeno que liga a chamada crise do Estado-Nação à reorganização espacial das empresas na economia global-, ou pela insurgência de grupos historicamente subalternizados que passam a ativar diretamente a palavra “território” entre seus léxicos políticos na luta por autonomia, ou mesmo por um novo padrão de poder que se estabelece entre as diferentes manifestações territoriais - sejam elas hegemônicas ou contra-hegemônicas -, a década de 90 marca um forte movimento de revisão teórica da envergadura conceitual do território (HAESBAERT, 2021).

A obra de M. Santos (1994) intitulada “O Retorno do Território” consiste em

um grande testemunho da revigoração da categoria, não apenas para o campo da geografia, mas para a ciências humanas como um todo. Ao rechaçar as concepções a-históricas do território, Santos destaca o uso do território como seu objeto analítico, de modo a concebê-lo como conceito híbrido, contingente, e que possibilite, enquanto categoria analítica, abordar suas diversas acepções no âmbito da prática política. Assim, de entidade ontológica que se define exclusivamente como meio de consagração dos fins técnicos e normativos previamente determinados pelas intencionalidades hegemônicas, o território passa, a partir de uma abertura epistemológica, a enfatizar sua clivagem constituinte, até então eclipsada por noções puras e de suas dinâmicas.

Vale destacar que uma perspectiva epistemológica das dimensões territoriais não pressupõe o abandono de sua rigorosidade analítica; pelo contrário, a complexifica por meio da conflitividade entre os múltiplos usos e representações que o conformam, evitando assim noções unívocas e excludentes de sua multidimensionalidade. Mais do que um espaço-plataforma, elemento secundário ou palco onde se realizam as relações sociais, o território deve ser encarado analiticamente enquanto uma totalidade multidimensional, produto e produtora das relações de poder que se estabelecem no espaço, um constructo social que se dá a partir das tensões, fricções e simbiose entre movimentos de libertação e dominação, de expropriação e resistência (FERNANDES, 2006).

Quando noções parciais do território são transplantadas de maneira irreflexiva pro âmbito da análise, sua complexidade multidimensional se esvai em favor da expansão de uma representação unidimensional do território, que embora parcial, é imposta como totalidade das múltiplas relações sociais que o compõem. Comum entre as concepções economicistas, sobretudo daquelas vinculadas a projetos de desenvolvimento, as representações territoriais assumem uma ótica funcional-produtivista na qual, ao se equivaler a um recorte setorial, negligenciam aqueles que fazem do território um espaço situado de reprodução da vida (FERNANDES, 2006)

Diferente dos usos hegemônicos do território, cuja máxima da produtividade e do controle buscam, por meio de operações de simplificação e classificação, a dominação da natureza e dos grupos sociais nela situados, o território enquanto



quadro de vida se faz necessariamente a partir da multidimensionalidade de condições locais que permitem sua reprodução socio-cultural. É nesse sentido que Mignolo (2003) adverte sobre uma clivagem constituinte do mundo moderno/colonial, no sentido de uma tensão entre duas histórias e saberes locais, “uma reagindo no sentido de avançar para um projeto global planejado para se impor, e outros visando às histórias e saberes locais forçados a se acomodar a essas novas realidades (p. 41).

Além da multidimensionalidade que se revela nos diferentes usos, intencionalidades e representações do território, Haesbaert (2021) destaca as condições relacionais entre as diversas dimensões territoriais. Característica que, ao ser renegada por concepções puramente analíticas e apartadas de suas manifestações prático-políticas, a condição relacional e conflitiva do território acaba por ser parcialmente compreendida, o que resulta em diagnósticos que apontam para um constante processo de des-territorialização. Ou seja, ao endossar uma inevitabilidade histórica idealizada a partir de paradigmas conceituais fundados sobre as dicotomias do positivismo lógico, a compreensão parcial das condições relacionais do território oculta os processos insurgentes de re-territorialização.

Segundo Haesbaert (2021), todo processo de des-territorialização envolve um simultâneo processo de re-territorialização, sendo portanto processos indissociáveis e imprescindíveis para a compreensão adequada dos movimentos de destruição/construção dos territórios. Assim, multidimensionalidade e relacionalidade são componentes epistemológicos fundamentais para uma análise territorial comprometida com as manifestações da prática política, sejam elas normativas ou subalternizadas.

Deste modo, a dicotomização entre prática e teoria consiste em um desafio metodológico central para uma construção analítica do território que, ao se nutrir das práticas políticas necessárias para a investigação do território usado, simultaneamente agrega elementos da realidade social que fazem da categoria uma potente ferramenta na superação das fronteiras epistemológicas do mundo moderno. Como nos alerta Bourdieu (2001), é da natureza da realidade social a luta permanente para dizer o que é a realidade social. Afirmação que libera o conceito de seu valor puro e absoluto para ser apreendido dentro de um campo de forças

significativas, de modo que sua representação analítica seja operacionalmente adequada aos desdobramentos inéditos e geograficamente situados da realidade social.

Próximo do que Thompson (1983) denunciou como “miséria da teoria” ao se referir aos limites das conceptualizações mecânicas e abstratas de um economicismo marxo-positivista, a pobreza de referenciais empíricos, de homens e mulheres de carne e osso, para utilizar o termo do autor, impedem não apenas uma análise adequada às características múltiplas e relacionais que conformam a conflitividade constituinte dos territórios, como também confundem “as coisas da lógica com as lógicas da coisa” (PORTO-GONÇALVES, 1999, p. 68).

### **Desenvolvimento territorial e o Paradigma do Capitalismo Agrário**

Os pensadores do Paradigma do Capitalismo Agrário concebem, no geral, o agricultor familiar como um sujeito distinto do camponês, pelo fato de aquele ser altamente integrado aos mercados mais dinâmicos da economia (ABRAMOVAY, 1992; VEIGA, 1991; ELLIS, 1993 [1988]; NAVARRO, 2011). Estes últimos entendem os problemas sociais que assolam o meio rural brasileiro como fenômenos conjunturais, o que significa dizer, sob o ponto de vista da sociedade capitalista, que a solução consiste em “girar a roda”, e não reinventá-la (FERNANDES, 2013).

Na tese de doutoramento intitulada *Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão*, Abramovay (1992) ressalta a presença majoritária de unidades de produção familiares no meio rural de países de capitalismo avançado, no decorrer do século XX, buscando fazer a distinção entre essas e o campesinato tradicional. O autor parte da constatação de que não há, na estrutura lógica do livro “O Capital”, de Karl Marx, lugar para conceber o campesinato, enquanto classe social. A propriedade dos meios de produção nos impede de classificá-los como proletários, ao passo que a não exploração da mais valia e da renda fundiária os distingue da burguesia e dos grandes proprietários de terra. Ao camponês resta, portanto, a alcunha de “ornitorrinco social”, uma espécie de resquício de sociedades passadas, cuja expansão do modo capitalista de produção tratará, gradativamente, de eliminar (ABRAMOVAY, 1992).

Na busca por uma conceituação teórica do campesinato e, sobretudo,



almejando traçar suas diferenças com relação à agricultura moderna de base familiar, tendo em vista a inviabilidade de utilizar-se do materialismo histórico para tal empreendimento, Abramovay (1992) recorre a elementos explicativos da Antropologia. O autor constata que é no ambiente em que se dá a inserção nos mercados e, sobretudo, nas características destes mercados e mecanismos de formação de preços, que reside a diferença primordial entre o campesinato e a agricultura familiar moderna.

O camponês, para além da divisão familiar do trabalho, caracteriza-se, na obra supracitada, por sua integração parcial a mercados imperfeitos, em ambiente marcado por “vínculos pessoais, hierárquicos e pela fusão das operações mercantis e esferas não estritamente econômicas da vida” (ABRAMOVAY, 1992, p.106). A integração é parcial, pois o produtor pode se retirar do mercado, quando for conveniente ou necessário, sem, com isso, comprometer sua reprodução social. A agricultura familiar moderna, seguindo essa lógica, é integrada à rede global de trocas mercantis, operando em ambiente caracterizado pela regulação das decisões econômicas, a partir de um modelo ideal de neutralidade dos mecanismos de formação de preços.

A singularidade da economia de sociedades camponesas, segundo Abramovay (1992), consiste no fato de que a conversão de produtos da produção campesina em mercadorias ocorre mediada por relações pessoais e horizontais, nas quais os preços são influenciados por fatores que remetem à hierarquia e às relações assimétricas de poder locais. As alternativas de compra e venda são escassas, e a informação a respeito de preços, juros de empréstimos e novas tecnologias disponíveis, por exemplo, são precárias. Nesse sentido, a inserção dos camponeses na rede global de trocas mercantis é mediada por figuras como comerciantes locais, latifundiários, agiotas entre outros, os quais, amparados na informação precária e na parcialidade das sociedades campesinas, concedem empréstimos a juros arbitrários, e praticam preços diferentes daqueles praticados no mercado, se considerarmos o ideal de competição perfeita.

O desenvolvimento do modo de produção capitalista no campo, particularmente, a integração dos sítios familiares à impessoalidade dos mercados capitalistas, culmina na substituição do código que orienta a vida camponesa e inibe

suas possibilidades de reprodução social enquanto camponeses (ABRAMOVAY, 1992). Por conseguinte, definir o campesinato, a partir de sua integração parcial a mercados imperfeitos, leva, naturalmente, a compreender sua incompatibilidade com o modo capitalista de produção. Restam, portanto, duas opções lógicas ao camponês: a proletarização ou a modernização e integração ao mercado, sob sua forma metamorfoseada, os agricultores familiares. Sobre o alto desempenho produtivo da agricultura familiar, especificamente, na Europa e Estados Unidos, o Abramovay (1992) conclui que:

“Este desempenho só foi possível em virtude de um conjunto tão grande e profundo de transformações na agricultura familiar que faz dela não a resistência de formas sociais anteriores, mas ao contrário, uma realidade econômica e social absolutamente inédita que, com sua base ancestral, guarda semelhança cada vez mais pálida” (ABRAMOVAY, 1992, p.210).

Sob esse prisma, entende-se que o que difere o campesinato “arcaico” e o agricultor familiar “moderno” é o ambiente que os vincula ao mercado. Nesse sentido, propostas de intervenção que emergem sob essa perspectiva vão em direção à apropriação das práticas e especificidades locais com vista a criar um ambiente propício para a integração dos atores à rede global de trocas mercantis.

“Hay un vasto segmento de la agricultura familiar brasileña que no consigue afirmarse económicamente en virtud del ambiente social que la vincula al mercado. Es lo que ocurre en las áreas más pobres del Noreste, donde todavía los mecanismos de comercialización como los de «venta anticipada» son importantes y vinculan las familias a un comerciante que pasa a ser el destinatario natural de los resultados del trabajo agrícola. Esto es lo que ocurre siempre cuando en el ambiente local y regional las familias tienen reducidos márgenes de elección en la comercialización de sus productos, en la obtención de financiamientos, en la compra de insumos y en el acceso a la información” (ABRAMOVAY, 2001, p.38).

É, nesse contexto, que o modelo de desenvolvimento rural proposto pelos adeptos ao PCA toma contornos de políticas de desenvolvimento territorial. A superação da pobreza rural no Brasil, por esta ótica, pressupõe a garantia do acesso a condições que alterem o ambiente institucional local e permitam a revelação dos potenciais dos territórios de maneira a inseri-los na rede global de trocas mercantis (ABRAMOVAY, 2001). Trata-se, portanto, do movimento de substituição do viés setorial das propostas de intervenção, por uma abordagem territorial, que engloba questões endógenas, especificidades e potencialidades locais e a descentralização da tomada de decisões.

Segundo Favaretto (2010), a abordagem territorial pressupõe que, no lugar da realização de investimentos diretos e intervenções setoriais, ao Estado cabe a função de estabelecer um ambiente propício, no qual os atores privados sejam capazes de decidir, de maneira autônoma, como alocar os recursos humanos e materiais de forma, supostamente, mais eficaz. O desenvolvimento territorial, nessa perspectiva, perpassa a criação de novos territórios, pelo fomento à capacidade dos atores econômicos locais de manejar e valorizar ativos específicos, presentes nos locais que habitam (ABRAMOVAY, 1998).

Ortega (2008) afirma que a abordagem territorial de políticas públicas, no Brasil, teve início, em meados dos anos de 1990, com a linha de crédito destinada à infraestrutura e serviços provida pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). Para o autor, essa abordagem emergiu “quando a perspectiva territorial deixou de associar-se ao espaço municipal para constituir-se em espaços intermunicipais (território zona)” (ORTEGA, 2016, p.31).

Nesse sentido, o território aparece como unidade de referência para a atuação do Estado, por meio da descentralização da tomada de decisões e redefinição do papel das instituições locais. O conceito de capital social é fundamental para entender as políticas de desenvolvimento territorial, sob a ótica da PCA, e diz respeito à formação de redes de confiança e reciprocidade entre determinado grupo de atores, a qual funciona de maneira análoga a um ativo econômico (ABRAMOVAY, 2000). Trata-se de uma forma de superar os problemas institucionais inerentes ao ambiente, no qual se dão as relações de produção típicas do campesinato, sob a ótica da PCA, reduzindo os custos de transação.

“Quando, por exemplo, agricultores formam um fundo de aval que lhes permite acesso a recursos bancários que individualmente lhes seriam negados, as relações de confiança entre eles e com os próprios bancos podem ser consideradas como um ativo social capaz de propiciar geração de renda” (ABRAMOVAY, 2000, p.4).

Por esse ponto de vista, entende-se que os problemas sociais que assolam o meio rural brasileiro são fenômenos conjunturais, passíveis de serem resolvidos com soluções internas ao sistema capitalista, e que o recorte territorial seria o melhor caminho para atingir este objetivo. Porém, esta abordagem suscita algumas críticas, sobretudo no que diz respeito ao uso parcial e irreflexivo do adjetivo territorial.

Reis (2005) chama a atenção para duas questões. A primeira diz respeito ao fato de as assimetrias das relações de poder no interior dos territórios serem, por vezes, descartadas do quadro interpretativo em benefício da importância que se confere ao “território zona” como lugar-comum, como ativo relacional, de todos os grupos e interesses que o constituem (REIS, 2005). Segundo, ao dar ênfase na capacidade de os processos endógenos promoverem o desenvolvimento territorial, desconsidera-se o poder de forças externas, alheias à escala das relações locais, para promover desigualdades.

Sobre isso, Fernandes (2013) destaca a separação entre a dimensão conceitual e normativa do território proposta por Schneider (2004) e Schneider e Tartaruga (2005).

“Não se pode desconsiderar que o uso conceitual do território é reivindicado por uma disciplina, a Geografia, e que sua utilização atende, antes de tudo, a finalidades heurísticas e analíticas. Todavia, o intercâmbio de conceitos e noções entre os campos acadêmico e normativo é prática corriqueira e, por si só, não representaria obstáculo à utilização do território para fins políticos e práticos. Entretanto, cabe aos usuários explicitar em que sentido recorrem ao território, se conceitual ou normativo ou ambos ao mesmo tempo” (SCHNEIDER, 2004, p.107).

No que diz respeito à separação entre prática e teoria, à qual Schneider (2004) se refere, Fernandes (2013) faz uma analogia à dissociação entre sujeito e objeto, para explicitar que o uso normativo e prático do território, sem as devidas considerações com relação a sua dimensão conceitual, traz duas consequências principais: o território é concebido, sob uma perspectiva unidimensional, e são ocultadas as intencionalidades por trás dos projetos de intervenção nos territórios. A intencionalidade é aqui compreendida como escolhas determinantes da direção dos pensamentos, das escolhas de paradigmas, de modelos de desenvolvimento e correntes teóricas (FERNANDES, 2013).

Portanto, a abordagem territorial do PCA parte de uma interpretação unidimensional do território, desconsiderando sua multidimensionalidade e multiescalaridade. Desta maneira, ao considerar o território sob uma perspectiva unidimensional, o formulador de políticas públicas “trata-o como um setor, chamando-o equivocadamente de território. Essa é uma prática muito comum na implantação dos denominados projetos de ‘desenvolvimento territorial’”

(FERNANDES, 2013, p.286).

### **Capitalismo, contradições e territórios: O Paradigma da Questão Agrárias**

Por outro lado, os pensadores do Paradigma da Questão Agrária argumentam em favor de políticas de emancipação do campesinato. Segundo Oliveira (2005), as políticas de desenvolvimento neoliberal, amparadas nas teorias e representações do PCA, ora criam, ora se apropriam de conceitos como “agricultura familiar” e “agronegócio”. O primeiro, criado para substituir o termo “campesinato”, subtraindo seu conteúdo histórico de resistência e luta pela terra. O segundo, passa a ser representado como o espaço da realização do mercado global, lugar sem contradições, conflitos e conflitualidades, sinônimo de progresso.

Neste sentido, o PQA confere prioridade ao termo agricultura camponesa em detrimento da agricultura familiar. Santos (2016) aborda a polêmica sobre o lugar social do campesinato no capitalismo e as divergências entre autores inspirados na obra de Karl Marx, neste campo. Para o autor, as controvérsias que pairam sobre a “questão camponesa” derivam da ausência de uma teoria definitiva das classes sociais na obra do filósofo alemão. Santos (2016) busca em Shanin (1983) e Thompson (1981;2002) o aporte teórico para definir o campesinato, enquanto classe social no capitalismo.

Partindo de uma crítica à ênfase na relação com os meios de produção como critério de demarcação das classes sociais e ao determinismo da vida econômica sobre outras instâncias da vida, Santos (2016) se ampara na relação dialética entre infraestrutura e superestrutura, para analisar a problemática do lugar social dos camponeses no capitalismo. Trata-se da valorização da dimensão superestrutural na definição de classes sociais, o que leva, sob essa perspectiva, à concepção de classe a partir da dinâmica do conflito, da relação de formações sociais e culturais com outras classes (SANTOS, 2016). Por este ponto de vista, as contradições inerentes à expansão capitalista, e os conflitos e conflitualidades resultantes são fatores determinantes para o estabelecimento de classes sociais, sendo o campesinato uma classe, na medida em que reivindica seu direito de permanecer na terra.

Santos (2016) afirma que o fato de os camponeses serem ou não uma classe social depende de outra pergunta: “o que eles fazem? Não o que eles são, mas o que

eles fazem. Porque é no fazer que as classes são definidas” (SHANIN, 2008 apud SANTOS, 2016). Essa perspectiva é corroborada por Engels, quando o mesmo versa sobre a relação entre infraestrutura e superestrutura:

“Segundo a concepção materialista da história, o fator que em última instância determina a história é a produção e a reprodução da vida real [...] Se alguém o tergiversa dizendo que o fator econômico é o único determinante, converte aquela tese numa frase vazia, abstrata, absurda. A situação econômica é a base, mas os diversos fatores da superestrutura - as formas políticas da luta de classes e seus resultados [...] as formas jurídicas, e mesmo os reflexos de todas estas lutas reais no cérebro dos participantes, as teorias políticas, jurídicas, filosóficas, as ideias religiosas e o seu desenvolvimento ulterior até serem convertidas em sistemas dogmáticos - exercem igualmente a sua ação sobre o curso das lutas históricas e, em muitos casos, determinam predominantemente sua forma” (ENGELS, 1948 apud QUINTANEIRO, 2003).

Desta forma, os pesquisadores adeptos ao Paradigma da Questão Agrária buscam evidenciar o protagonismo do campesinato na luta pela terra (AZEVEDO E SANTOS, 2017), partindo da “luta de classes e suas conflitualidades na defesa de modelos de desenvolvimento que viabilizem a autonomia dos camponeses” (FERNANDES, 2013, p.69). Os problemas sociais do campo brasileiro, sobretudo, a desigualdade fundiária e a pobreza, assim como a própria existência e reprodução das unidades familiares de produção, são interpretados como fenômenos estruturais inerentes ao próprio caráter contraditório e combinado da expansão capitalista (OLIVEIRA e FARIA, 2009). Sob essa perspectiva, o campesinato brasileiro é constituído como produto das contradições da expansão capitalista no campo.

O PQA fundamenta-se, sobretudo, na contribuição de autores como Luxemburg (1985), que advoga que o próprio sistema capitalista se encarrega de criar as condições que permitem a persistência de formas não capitalistas de produção. Segundo a autora, o desenvolvimento do capitalismo vai além da simples reprodução das relações de produção capitalistas, uma vez que, para garantir sua expansão, é necessário subordinar relações de produção que não seguem esse modelo. Para Shanin (2012), as formas, por meio das quais os detentores do poder político e econômico expropriam o excedente camponês, são distintas daquelas empregadas em relação aos trabalhadores assalariados. A classe hegemônica, a chamada “burguesia latifundista”, se reproduz por meio da sujeição da renda da terra, seja através da especulação imobiliária, seja pela subordinação da produção do tipo camponês (MARTINS, 1981). Tem-se, portanto, “uma sociedade capitalista que formula soluções anticapitalistas para o seu setor agrário” (MARTINS, 1975,



p.7).

“Se, de um lado, o capitalismo avançou em termos gerais por todo o território brasileiro, estabelecendo relações de produção especificamente capitalistas, promovendo a expropriação total do trabalhador brasileiro no campo, colocando-o nu, ou seja, desprovido de todos os meios de produção; de outro, as relações de produção não-capitalistas, como o trabalho familiar praticado pelo pequeno lavrador camponês, também avançaram mais” (OLIVEIRA, 2001, p. 11).

A esse processo inerente à expansão capitalista no campo brasileiro, soma-se a resiliência característica do modo de vida e da racionalidade camponesa, abordada por Chayanov (1974) em sua teoria da unidade econômica camponesa. Onde Abramovay (1992) enxerga a fraqueza das sociedades camponesas em se reproduzirem no capitalismo, Chayanov enxerga, justamente, sua virtude (VALERIO, 2021). No tocante ao modo de vida camponês e sua capacidade de resistir a crises econômicas e pressões de mercado, Shanin (2012) busca em Kautsky (1986) e Chayanov (1974) as noções de “subconsumo” e “auto exploração” do campesinato, respectivamente. Para o autor, o que, por um lado, refere-se à pobreza e opressão, por outro, diz respeito à sua superação.

Segundo Shanin (2012), não há dúvida acerca da capacidade dos centros capitalistas de explorar tudo e todos ao seu redor; porém, isso difere substancialmente da capacidade (ou necessidade) – em termos de maximização dos lucros – de transformar tudo à sua imagem e semelhança. Neste sentido,

“Os camponeses não se dissolvem, nem se diferenciam em empresários capitalistas e trabalhadores assalariados, e tampouco são simplesmente pauperizados. Eles persistem, ao mesmo tempo em que se transformam e se vinculam gradualmente à economia capitalista circundante, que pervade suas vidas [...] Eles servem ao desenvolvimento capitalista em um sentido menos direto, um tipo de ‘acumulação primitiva’ permanente, oferecendo mão-de-obra barata, alimentação barata e mercados para bens que geram lucros” (SHANIN, 2012, p.9).

Diante deste cenário, emergem propostas de desenvolvimento que valorizam as especificidades das relações sociais na produção de seus territórios e consideram as múltiplas dimensões territoriais para além da função de produção de mercadorias. Procura-se promover espaços de diálogo com comunidades tradicionais e movimentos sociais na busca por melhorias na qualidade de vida destes. Sobretudo, trata-se de um movimento de reconhecimento de questões estruturais que atuam na manutenção dos males que atingem o meio rural brasileiro: a concentração de terras, e os conflitos e conflitualidades no campo.

## Conclusão

Neste trabalho buscamos explorar a polissemia de palavras como “território”, “campesinato” e “agricultura familiar”, e sua relação com propostas de modelos de desenvolvimento para o campo brasileiro. Entendemos que, no contexto de ascensão do capitalismo neoliberal, o adjetivo territorial tem sido, crescentemente, reivindicado por diversas ciências em vista da construção de uma narrativa em nome do desenvolvimento. Diferentes paradigmas, ou modelos interpretativos, conferem distintos sentidos ao adjetivo territorial, que, ora nos remete a um recorte espacial cujas especificidades permitem que se estabeleça um ambiente favorável ao desenvolvimento endógeno das forças produtivas. Ora faz referência às práticas contra-hegemônicas e a luta pela reprodução campesina diante das assimetrias e disputas de poder, características da forma contraditória e combinada com que se dá o processo de reprodução do capitalismo.

Por um lado, o reconhecimento institucional da categoria “agricultura familiar” representa um avanço para a democracia brasileira, na medida que permite a atuação política de grupos sociais e comunidades tradicionais, antes marginalizados, amparada por mecanismos institucionais oficiais. Por outro, as teorias e representações dos pensadores do PCA, que, em grande medida, formam a base teórica para as políticas neoliberais de desenvolvimento rural, reduzem, subvertem e desqualificam conceitos como “território” e “agricultura camponesa” no processo de demarcação de seus territórios imateriais. O discurso do desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar, é geralmente guiado por uma ênfase na dimensão econômica do território, espaço da realização plena do processo de produção de mercadorias e da integração vertical do local ao global, sem conflitos e conflitualidades.

Desta maneira, “campesinato” e “agricultura familiar” não são sinônimos, na medida que seu uso é reivindicado por modelos interpretativos e paradigmas distintos. Por outro lado, em quase 30 anos de institucionalização da “agricultura familiar” como categoria sociopolítica, é preciso reconhecê-la como uma poderosa ferramenta para a ação política. Porém, cabe aos pesquisadores e formuladores de políticas públicas jogar luz às contradições inerentes ao processo de produção do espaço capitalista e aos múltiplos territórios em disputa, nele inseridos. Neste

sentido, compete aos geógrafos compreender que o termo “agricultura familiar” evoca uma designação social, e, por conseguinte, cria direitos e prerrogativas correspondentes (NEVES, 2007). No entanto, é igualmente importante reconhecer que esta classificação carrega intencionalidades e está sempre sujeita a reinterpretações e contestações.

## Referências

- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar y desarrollo territorial. **Reforma agraria** – FAO, Roma, v. 1, p. 28-43, 2001.
- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, 2000.
- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do Capitalismo Agrário em Questão**. 2. ed. São Paulo: Hucitec/Edunicamp, 1992. 275p.
- AZEVEDO, R.; SANTOS, A. P. R. Camponês e agricultor familiar: mesmos sujeitos?. **Geografia**, Londrina, v. 26, n. 2, p. 58-77, 2017.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.
- ELLIS, F. **Peasant economics: Farm households in agrarian development**. Cambridge: University Press, 1993.
- FAVARETO, A. A abordagem territorial do desenvolvimento rural - mudança institucional ou "inovação por adição"?. **Estudos avançados**, São Paulo, v. 24, p. 299-319, 2010.
- FERNANDES, B. M. **Construindo um estilo de pensamento na questão agrária: o debate paradigmático e o conhecimento geográfico**. Tese (Livre-docência) – Universidade Estadual Paulista – SP, São Paulo, 2013.
- Fernandes, B. M. Os campos da pesquisa em educação do campo: espaço e território como categorias essenciais. In: MOLINA, M.C (Org.) **Educação do campo e pesquisa: questões para reflexão**. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2006. p. 27-39.
- FERNANDES, B.M. Políticas públicas, questão agrária e desenvolvimento territorial rural no Brasil. In: GRISA, C.; SCHNEIDER, S. **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015. p. 381-400.
- GONÇALVES, C.W.P. A Territorialidade Seringueira. **GEographia**, Niterói, v. 1, n. 2, p. 67-88, 1999.
- HAESBAERT, R. Armadilhas do território. In: SILVA, J.B.; SILVA, C.N.M.; DANTAS, E. W. C. (Orgs.). **Território: modo de pensar e usar**. Fortaleza: EdUFC, 2016, p.19-42.
- HAESBAERT, R. **Território e descolonialidade: sobre o giro (multi)**

**territorial/de (s) colonial na “América Latina”**. Buenos Aires: CLACSO, 2021.

IBGE-Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/censo-agropecuario/censo-agropecuario-2017/resultados-definitivos> Acesso em: 10 de outubro de 2023.

KAUTSKY, K. **A questão agrária**. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

KUHN, T. **Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1978.

LUXEMBURG, R. **A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo**. Nova Cultural, 1985.

MARTINS, J.S.. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1975.

MARTINS, J.S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1981.

MIGNOLO, W. D. **Histórias locais-projetos globais: colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

NAVARRO, Z.; PEDROSO, M.T.M. **Agricultura familiar: é preciso mudar para avançar**. Brasília: Embrapa Informação Tecnológica, 2011.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros. **Geografia Agrária: teoria e poder**, v. 1, p. 211-270, 2007.

NEVES, D. P. Agricultura familiar: quantos ancoradouros!. *In*: FERNANDES, B.M.; MARQUES, M.I.M; SUZUKI, J.C (Orgs.). **Geografia Agrária: teoria e poder**. São Paulo: Expressão Popular, 2007. p. 211-270.

OLIVEIRA, A. U.; FARIAS, C. S. O Processo de constituição da propriedade privada da terra no Brasil. *In*: XII Encontro de Geógrafos da América Latina. **Anais...** Montevideu: Universidad de La República, 2009. 01-15.

OLIVEIRA, A.U. A pequena produção agrícola mercantil do Brasil. **Boletim Goiano de Geografia**, Goiânia v. 2, n. 2, p. 165-195, 1982.

OLIVEIRA, A. U. Agronegócio nas américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. *In*: X Encontro de Geógrafos de América Latina. **Anais...** São Paulo: USP, 2005. p. 4859-4874.

ORTEGA, A.C. As políticas territoriais rurais no Brasil: as ações do governo federal. *In*: ORTEGA, A.C.; PIRES, M.J.S (Orgs.). **As Políticas Territoriais Rurais e a Articulação Governo Federal e Estadual: Um Estudo de Caso da Bahia**. Brasília: Ipea, 2016. p. 31-54.

QUINTANEIRO, T. **Um toque de clássicos-Marx, Durkheim, Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003

REIS, J. Uma epistemologia do território. **Estudos sociedade e agricultura**,

Rio de Janeiro, v. 13, n. 1, p. 51-74, 2005.

REIS, M. C. Representações do desenvolvimento e estratégias de desenvolvimento local. *In*: HERNÁNDEZ, M.L.; MIRANDA, A. R. (Orgs.). **Nuevas Rutas Hacia el Bienestar Social, Económico y Medioambiental**: II Foro Bienal de Estudios del Desarrollo. Montevideo: RIED; IECON, 2014, p. 231-262.

SANTOS, M.A. O retorno do território. *In*: SANTOS, M.A et al. (Orgs.): **Território: Globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec/Anpur, p. 15 – 20, 1994.

SANTOS, M.A. Objetos e ações: dinâmica espacial e dinâmica social. **Geosul**, Florianópolis, v. 7, n. 14, p. 49-59, 1992.

SANTOS, T.A. Marxismo e camponato: abordagens teóricas sobre a “classe incômoda”. **Campo.Território**, Uberlândia, v. 11, p. 46-69, 2016.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I.G.P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais. **Raizes**, Campina Grande, v. 23, n.01 e 02, p. 99-116, 2004.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 11, p. 88-125, 2004.

SHANIN, T. A definição de camponês: conceituações e desconceituações – o velho e o novo em uma discussão marxista. **Revista Nera**, Presidente Prudente, n. 7, p. 1-21, 2012.

SHANIN, T. **La clase incómoda: sociología política del campesinado en una sociedad en desarrollo (Rusia 1990-1923)**. Madrid: Alianza Editorial, 1983.

THOMPSON, E. P. **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1983

THOMPSON, E. P. Exploração. *In*: Thompson, E. P. **A formação da classe operária inglesa: a maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 2002, p. 11-38.

VALÉRIO, V. J.O. Questão agrária: camponato e desenvolvimento da agricultura no capitalismo. **Pegada - A Revista da Geografia do Trabalho**, Presidente Prudente, v. 22, n. 1, p. 238-261, 2021.

VEIGA, J. E. **O Desenvolvimento Agrícola: uma visão histórica**. São Paulo: Hucitec, 1991.